



Uma revolução silenciosa

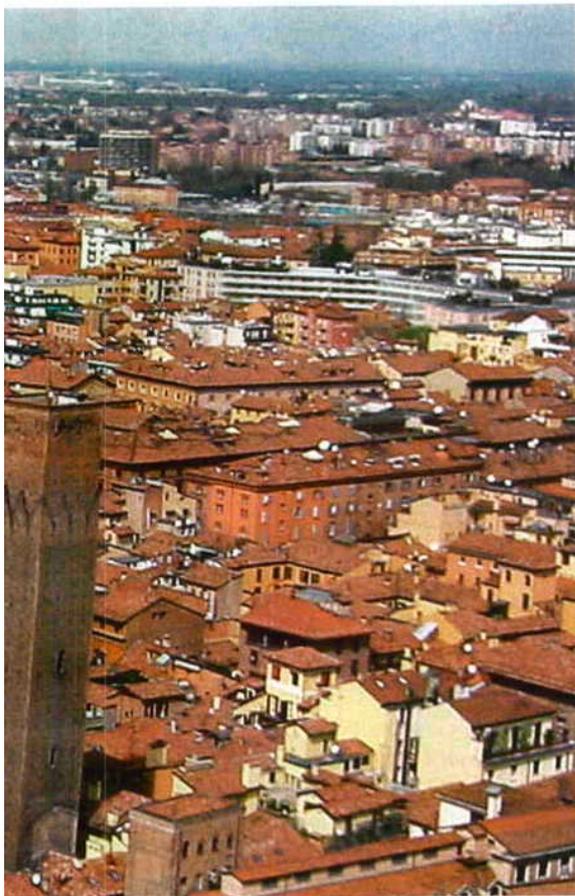
Ventos de mudança sopram no Ensino Superior português. O impacto do famoso Processo de Bolonha está a mudar a forma como Universidades e Politécnicos olham para si próprios – e para as necessidades dos alunos

É caso para dizer “quem o viu e quem o vê”. Depois da desconfiança inicial com que foi recebido, o Processo de Bolonha está a ser adoptado com entusiasmo crescente pelas Universidades e Politécnicos portugueses, que vêem a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior como uma oportunidade para mostrarem o melhor de si mesmas – e corrigir o que precisa de ser aperfeiçoado. A vice-reitora da Universidade de Coimbra, Cristina Robalo Cordeiro, lembra essa primeira fase “onde as ‘injunções’ de Bolonha foram ferozmente – e às vezes cegamente – combatidas”. Mas logo a seguir, nota, as resistências deram lugar “a uma corrente inversa de adesão frenética aos critérios europeus e, na grande maioria das instituições de Ensino Superior, à aprovação de novos programas perfeitamente ‘bolonhizados’”. As Universidades perceberam a importância do que aí vinha. “Muitos dos que estão a viver, neste momento, a construção do Espaço Europeu de

Ensino Superior consideram que se encontram no centro de uma revolução”, nota a vice-reitora coimbrã.

De facto, Bolonha pretende precisamente isso: uma revolução no Ensino Superior europeu. Posto em marcha com a declaração assinada em 1999 e já subscrita por 45 países, o processo visa harmonizar os graus académicos em todos os países signatários, para que os currículos de alunos e investigadores possam ser facilmente comparáveis à escala europeia. Nesse sentido, o ensino é organizado em três ciclos: o primeiro corresponde à actual licenciatura e vê a sua duração reduzida para os três anos. O segundo ciclo, de mestrado, dura dois anos (o primeiro de carácter mais teórico, o segundo mais virado para a investigação). O terceiro ciclo é o do doutoramento, que pode durar até três anos.

Nalguns cursos, como Direito ou Medicina, a norma será o mestrado integrado, ou seja, o curso vai agrupar o primeiro e segundo ciclos, numa formação de



D.R.

cinco anos que confere o título de mestre aos seus alunos. Aliás, o objectivo não é estreitar a oferta de cursos e opções de formação. Pelo contrário: cada país – e, dentro de cada país, cada instituição – tem ampla liberdade para adaptar a sua oferta às novas regras. Para garantir que os vários graus são comparáveis entre si no mercado de trabalho, Bolonha instituiu um sistema de créditos. Cada cadeira, cada trabalho de investigação corresponde a um número de créditos que, somados, conferem o grau de licenciatura, mestrado ou doutoramento.

Boa nota para Portugal

A visão de Bolonha é criar na Europa um Espaço Europeu de Ensino Superior, dentro do qual seja incentivada a mobilidade de estudantes e professores que, graças ao sistema de créditos, podem transferir-se mais facilmente de umas Universidades para outras, à procura da melhor oferta de cursos. Isso significa que a formação deixa de ser um processo estático, uma lista de cadeiras a cumprir

DESIGUALDADES EUROPEIAS



Os países que aderiram ao Processo de Bolonha não saem todos do mesmo ponto de partida. O espaço europeu tem muitas desigualdades no que toca ao acesso à educação. Portugal é, aliás, um dos países mais atrasados neste campo. No nosso país, só cerca de 9 por cento da população activa tem um curso superior, contra uma média de 23 por cento na União Europeia. Em países como a Irlanda, um caso de sucesso económico na última década, essa percentagem chega aos 39 por cento. São números recordados pela vice-reitora da Universidade de Coimbra para justificar a importância do Processo de Bolonha como factor impulsionador do desenvolvimento científico. Cristina Robalo Cordeiro lembra, por outro lado, que Portugal gasta apenas 0,9 por cento do seu PIB em Investigação e Desenvolvimento. Isto contra uma média europeia de 1,6 por cento – ainda assim, também ela bem abaixo da meta estabelecida para 2010 na famosa Agenda de Lisboa: 3 por cento. Para a vice-reitora, “estes valores, ainda que dêem conta de uma realidade porventura demasiado ambiciosa, apontam, sem dúvida, a justeza da orientação seguida e a consciencialização da importância social da ciência e da investigação científica”. No entanto, sublinha, “deixam igualmente claras as desigualdades de um espaço europeu em construção”. A aposta na exigência é, por isso, decisiva para vencer o atraso e ganhar os desafios do futuro.



Steven Governato

dentro de cada instituição. É um modelo de ensino centrado no aluno, que passa a ser o principal responsável pela sua própria formação. Outro objectivo é que a maior abertura e transparência do sistema estimulem a competição entre instituições, garantindo melhor qualidade académica e elevando as Universidades europeias ao nível das melhores instituições do mundo. Metas ambiciosas que têm como horizonte o ano de 2010, altura em que se espera que as mudanças na estrutura das escolas superiores europeias estejam todas implementadas.

O nosso país está bem posicionado na aplicação destes princípios. Na última avaliação, feita em Maio numa reunião ministerial em Londres, o Ministério da Ciência e Ensino Superior indicou que, neste último ano lectivo de 2006/07, já perto de 38 por cento das licenciaturas e mestrados estavam a ser dados segundo as regras de Bolonha. No ano lectivo 2007/08, esse valor vai atingir cerca de 88 por cento da oferta em Portugal. Sobram apenas alguns cursos, que serão adaptados em 2008/09, bem a tempo da data limite do ano lectivo de 2009/10, quando todos os cursos



O objectivo não é estreitar a oferta de cursos e opções de formação. Pelo contrário: cada país – e, dentro de cada país, cada instituição – tem ampla liberdade para adaptar a sua oferta às novas regras

→ na Europa terão de obedecer ao novo sistema. No entanto, há muito mais a mudar para além da estrutura dos cursos e ninguém tem dúvidas de que o impacto destas reformas se vai continuar a fazer sentir nos próximos anos.

Algumas Universidades portuguesas, de resto, têm tomado a dianteira neste processo. A Universidade do Minho, por exemplo, criou um Suplemento ao Diploma onde, além do grau acadé-

mico, são discriminadas actividades específicas e trabalhos de investigação desenvolvidos pelo aluno, incluindo a participação em actividades extra-curriculares. O Suplemento ao Diploma é uma novidade introduzida a nível europeu pelo Processo de Bolonha e o modelo adoptado pela Universidade do Minho foi considerado exemplar pela União Europeia. A escola minhota, aliás, está já acreditada pelo seu Suplemento ao Diploma e pelo seu sistema de créditos. A aposta é continuar a ser, como já é hoje, a Universidade portuguesa com melhor taxa de sucesso escolar.

Uma nova atitude

Reformulados os cursos na maior parte das escolas, sobra o trabalho de mudar as mentalidades. “O maior desafio do processo de Bolonha consiste na mudança dos objectivos e das práticas da formação, agora orientadas para que os estudantes ganhem competências (e não apenas ‘saberes’”, explica Helena Pereira, a vice-reitora da Universidade

Técnica de Lisboa, que agrupa escolas de topo como o Instituto Superior Técnico. A instituição, de resto, não teme a comparação com instituições estrangeiras. “A Universidade Técnica de Lisboa integra escolas de elevada qualidade em termos nacionais e internacionais e, em algumas áreas, a capacidade científica e a sua demonstração, por exemplo através de publicações internacionais, é também muito boa”, sublinha a vice-reitora. Nesse sentido, “o intercâmbio com outras escolas e universidades europeias é desejável e enriquecedor” e será uma das prioridades da Universidade neste novo ciclo de Bolonha.

Os Politécnicos também ganham competências com a reestruturação, passando a poder conferir o grau de mestre. No ano lectivo de 2007/08, o Instituto Politécnico de Leiria vai abrir com todos os cursos já dentro do novo sistema. Apesar da demora do Governo na regulamentação de alguns aspectos do Processo, o presidente do IPL, Luciano de Almeida, diz que “não houve



grandes dificuldades” na adaptação a Bolonha. No futuro, a cooperação com Universidades e escolas europeias é uma aposta segura. “Estas parcerias representam uma mais-valia importante, não só para o nosso corpo docente mas também para os nossos estudantes”, justifica o presidente do IPL. “O **benchmarking** é a nossa estratégia com os nossos parceiros: procurar o que eles fazem bem e partilhar com eles o que nós fazemos bem e também o que fizemos mal”. Afinal, acrescenta Luciano de Almeida, “aprender com os erros é uma virtude”.

Os privados no mercado

A nova cultura traz exigências também ao ensino privado, que está a reagir ao novo modelo, sobretudo em áreas mais próximas do mercado de trabalho. Em Vila Nova de Gaia, o antigo sanatório Heliântia é hoje a sede do IESF – Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais. As suas duas licenciaturas, em Gestão e Negócios e Gestão →

O QUE DIZEM OS ALUNOS



Entre os estudantes, o cepticismo inicial com o Processo de Bolonha está a dissipar-se rapidamente. Na última conferência de ministros da Educação dos países aderentes ao Processo, que decorreu no fim de Maio, em Londres, o presidente da Associação Europeia de Estudantes, Koen Geven, pediu mesmo mais agressividade aos governos na aplicação dos objectivos de Bolonha, com maior envolvimento dos alunos. “Fazer melhorias na qualidade do Ensino Superior significa que os estudantes têm de ser incluídos no Processo como participantes e não como clientes”, apontou. Koen Geven disse aos ministros europeus que é preciso ser mais eficaz a espalhar a nova visão para o Espaço Europeu de Ensino Superior. “O futuro do Ensino Superior não pode ser baseado em sistemas, mas em indivíduos e em ideias”, defendeu. Essa filosofia é cada vez mais partilhada pelos estudantes portugueses. “Não se pode negar que o processo de transição causou alguma confusão nos alunos, sobretudo pela redução da duração dos cursos que, numa fase inicial, nos fez questionar se a formação manteria a mesma qualidade”, reconhece Sara Torres, aluna do curso de Relações Internacionais na Universidade do Minho. Nesse sentido, acrescenta, “o Processo de Bolonha veio revolucionar todos os métodos a que os estudantes minhotos estavam habituados”. Ainda assim, esta aluna está satisfeita. “Um dos aspectos que acho bastante positivo é o facto de o estatuto do aluno se ter modificado”, aponta. O reforço da componente de investigação abre “um caminho mais consistente, intenso e proveitoso”.



Assumir Bolonha como uma agenda de reformas estruturais tem sido missão do Ensino Superior português

➔ Financeira e Fiscal, já estão adaptadas ao novo regime. Mas a escola não se limitou a “encolher” os anos de licenciatura, apostando no desenvolvimento de competências práticas, em linha com a filosofia do Processo de Bolonha. Não foi, de resto, grande adaptação: o estilo de *Business School* seguido no IESF já cumpria com as novas orientações. Reforçar o estudo individual centrado no aluno, através de um regime de tutorias, e aprofundar a ligação com o mercado e as empresas foram duas preocupações da escola, que investe forte em estágios profissionais junto de empresas, algumas delas representadas no seu Conselho Consultivo.

Assumir Bolonha como uma agenda de reformas estruturais tem sido missão do Ensino Superior português. Salvato Trigo, reitor da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, sublinha a nova atitude do sistema. Descartando a “perspectiva sebenteira” com que os alunos se relacionavam com

os professores, meros transmissores de conteúdos, Salvato Trigo vê hoje o professor “como um orientador do estudo para que o aluno fique efectivamente na posse do saber necessário para obter competências”. Para o reitor, Bolonha deve ser “uma oportunidade de melhoria da qualidade de

ensinar e de aprender”, em vez de apenas “um processo de maquilhar o velho com meros discursos formais”. Na Fernando Pessoa, “os resultados são já positivos. Mas o espírito de Bolonha que se vai entranhando cada vez mais há-de torná-los muito melhores nos próximos anos”. •

OOO O QUE DIZEM OS ALUNOS

Aliás, Bolonha é cada vez mais um factor de atracção. A pós-graduação em Gestão Empresarial que Ana Macedo está a frequentar no INDEG, a Business School do ISCTE, em Lisboa, ainda funciona segundo o currículo antigo. Mas, no ano que vem, Ana tem a opção de complementar a pós-graduação com um trabalho de investigação aplicada ao mundo empresarial e ficar com um mestrado executivo, integrado no sistema de Bolonha. É uma oportunidade que a estudante pretende aproveitar, desde que consiga vaga. “Já fiz quase tudo para ter o mestrado”, avalia. “Acho que vale a pena completar o ciclo”. Para Ana Macedo esta é, antes de mais, uma aposta profissional. “À partida, toda a gente vai ser mestre daqui a uns anos. Vou estar a concorrer directamente com gente que já tem outro grau”, antecipa. “Ter só a licenciatura ou uma pós-graduação vai ser um pouco como é hoje ter só o 12.º ano”.



BOLONHA, uma revolução silenciosa

Universidades começam
a reagir ao impacto
do novo modelo europeu
do ensino superior